

**ILUSTRÍSSIMA SENHORA PREGOEIRA DA SECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
(SELC) DO E. TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO | GRAZIELLA  
MELGAÇO PIRES FURTADO DE MENDONÇA**

Ref.: Pregão Eletrônico n.º 23/2019  
Processo e-PAD n.º 35898/2018  
Licitação n.º 811103 – Lote n.º 04

**SOLUÇÕES SERVIÇOS TERCEIRIZADOS EIRELI**, empresa licitante já qualificada nos autos da licitação e do Processo Administrativo em epígrafe, vem respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, neste ato por seu Representante Legal ao final subscrito, apresentar

#### **CONTRARRAZÕES AOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

interpostos pelas empresas **SANTA FÉ SERVIÇOS EIRELI** e **CONSERVADORA CAMPOS E SERVIÇOS GERAIS EIRELI**, o que o faz com fulcro no inciso XVIII, do art. 4º da Lei Federal n.º 10.520/02 e nos termos das razões abaixo, requerendo seu recebimento e regular processamento.

## 1. SÍNTESE FÁTICA

Esse E. Tribunal deflagrou procedimento licitatório modalidade pregão eletrônico, almejando a *“contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços continuados de limpeza, conservação, copeiragem e apoio operacional nas dependências do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, localizadas na Capital e no Interior do Estado de Minas Gerais, em modelo de contrato por desempenho/resultado. Compõem a contratação, além dos postos de trabalho, o fornecimento de uniformes, materiais de limpeza e equipamentos de proteção individual (EPIs) adequados à execução dos serviços”*.

Realizada a disputa, no dia e hora convencionados no instrumento convocatório, diante de sucessivas paralisações, retomada, desclassificações e inabilitações, esta empresa, ora Recorrida, foi CORRETA considerada a vencedora do Lote n.º 04, diante do fato hialino que apresentou a *“proposta mais vantajosa à Administração”* bem como atendeu a integralidade das exigências editalícias.

Aberta a oportunidade de interposição de recurso, a empresa CONSERVADORA CAMPOS E SERVIÇOS GERAIS EIRELI, doravante denominada simplesmente como Recorrente, se manifestou querendo aduzir que na proposta/planilha não constou o *“financiamento da aposentadoria especial” para colaboradores com direito de Adicional de Insalubridade, conforme determinado na Lei 8.213/91, art. 57, §6º*”, sendo posteriormente apresentada suas razões.

“Curiosamente”, no prazo para apresentação das razões de recurso a empresa SANTA FÉ SERVIÇOS EIRELI, apresentou seu recurso administrativo (!?!?) querendo, rediscutir que a desclassificou do certame, assunto este já que foi analisado e julgado, encontrando-se manifestamente precluso.

Como se verá adiante, nenhuma razão assiste as Recorrentes, como adiante será demonstrado, **DEVENDO A DECISÃO DA SRA. PREGOEIRA E DE SUA EQUIPE DE APOIO SER MANTIDA EM TODOS OS SEUS TERMOS QUANTO A HABILITAÇÃO E DECLARAÇÃO DA RECORRIDA COMO VENCEDORA DO LOTES n.º 04.**

## 2. QUESTÕES PRELIMINARES:

### 2.1. DO CABIMENTO E TEMPESTIVIDADE DAS CONTRARRAZÕES

Considerando que as contrarrazões, é disciplinada pelo inciso XVIII, do art. 4º da Lei 10.520/02, este definiu o prazo para sua apresentação da seguinte forma:

*Art. 4º[...]*

*[...]*

*XVIII - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;*

Considerando que o prazo para apresentação das razões de recurso findou em 18.02.2021, resta incontestado que o prazo fatal para apresentação das suas contrarrazões ocorrerá em 22.02.2021, motivo pelo qual resta incontestado que a presente é tempestiva e portanto, deve ser recebida e devidamente processada, e como se observará a seguir, ser totalmente provida, para **MANTER A RECORRIDA VENCEDORA DO LOTE N.º 04 DO CERTAME EM COMENTO, PROSSEGUINDO COM AS DEMAIS ETAPAS COM A REALIZAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E CONVOCAÇÃO PARA O RESPECTIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO**, com o consequente desprovisionamento dos recursos administrativo apresentados.

**2.1. DA INTEMPESTIVIDADE DO “RECURSO” MANEJADO PELA  
EMPRESA SANTA FÉ SERVIÇOS EIRELI**

Da simples leitura da ata do sistema licitações-e verifica-se que tal “recorrente” JAMAIS manifestou interesse de interpor recurso administrativo após a declaração que esta Recorrida foi a vencedora do lote n.º 04, violando expressamente toda a dinâmica do inciso XVIII, do art. 4º da Lei 10.520/02, onde a interposição de recurso será na seguinte oportunidade: *declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso*”

Por tal constatação é também de fácil conclusão que a pela nominada como “Recurso Administrativo” apresentada em 18.02.2021 é **MANIFESTAMENTE INTEMPESTIVA E, PORTANTO, NÃO PODE SER CONHECIDA PELOS AGENTES PÚBLICOS RESPONSÁVEIS PELO JULGAMENTO DO PRESENTE CERTAME!**

Não bastasse tamanho desacerto tal “recorrente” quer abrir uma nova discussão sobre sua desclassificação, que foi alvo de recurso administrativo, com a protocolização de razões e contrarrazões onde, inclusive tal “recorrente” apresenta uma “tréplica” (!?!?) hipótese esta que sequer existe no ordenamento jurídico pátrio, sendo que tal assunto encontra-se **PRECLUSO** por já haver decisão terminativa na esfera administrativa!!!!

Denota-se assim que a peça protocolizada por tal Recorrente **NÃO PODE SER CONHECIDA**, e caso seja, que esta não seja provida, por completa falta de amparo legal ao querer “rediscutir” matéria com decisão terminativa na seara administrativa, mesmo porque sua desclassificação era e sempre foi medida a se impor.

### 3. DO MÉRITO:

Adentrando o mérito da questão apresentada pela Recorrente CONSERVADORA CAMPOS E SERVIÇOS GERAIS EIRELI, denota-se que ela “tenta” argumentar que a proposta comercial apresentada por esta Recorrida seria inexecutável (!?!?) por não contar “*financiamento da aposentadoria especial*’ para colaboradores com direito de Adicional de Insalubridade, conforme determinado na Lei 8.213/91, art. 57, §6º.

Ao que parece tal Recorrente simplesmente desconhece o tema apresentado, valendo aqui realizar didaticamente explicar/conceituar tal situação, demonstrando para a Recorrente (sendo certo que a Sra. Pregoeira e sua Equipe de Apoio do E. Tribunal de Regional do Trabalho dominam tal assunto).

Inicialmente, não se pode confundir o pagamento do adicional do pagamento de insalubridade com a caracterização da aposentaria especial.

A insalubridade tem como característica a realização de *“atividades ou operações que por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os empregados a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos”* - art. 189 da CLT.

Já para fins de caracterização da aposentadoria especial, são consideradas condições especiais o exercício de atividades com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou a associação desses agentes, **DE FORMA PERMANENTE**, não ocasional nem intermitente.

Da simples leitura dos termos editais e especialmente do Termo de Referência, resta claro, notório e límpido de dúvidas que **NENHUM DOS COLABORARES A SEREM ALOCADOS SERÃO SUBMETIDOS DE FORMA PERMANENTE EM AMBIENTES INSALUBRES!!!**

Os quantitativos de postos de trabalho com a incidência do adicional de insalubridade, parte do pressuposto que determinadas funções **OCASIONALMENTE** podem deter caráter insalubre, sendo necessário, por zelo, prever a insalubridade como contido no item 2.1. e 2.2. do Termo de Referência que vale aqui ser transcrito:

2.1. Em relação às unidades do Interior:

**Partindo do pressuposto de que todas as unidades do Interior, em decorrência da atividade jurisdicional que prestam, contam com banheiros públicos, estabeleceu-se que cada uma delas**

**terá 1 (um) posto de servente com pagamento de adicional de insalubridade em grau máximo.**

2.2. Em relação às unidades da Capital:

2.2.1. **Estabeleceu-se que haverá implantação de posto de servente com pagamento de adicional de insalubridade em grau máximo apenas nas Unidades que recebem público externo**, situação em que se enquadram as Varas do Trabalho (instaladas nos prédios da Avenida Augusto de Lima e da Rua Mato Grosso), os Núcleos de Conciliação de 1º e 2º graus (situados, respectivamente, nos prédios da Rua dos Goitacazes e da Avenida do Contorno), os Plenários 1, 2, 3 e 4 (situados nos prédios da Avenida Getúlio Vargas) e as portarias que possuam banheiro público.

Ora, o posto que contempla o adicional de insalubridade de grau máximo, não determina que o colaborador tenha que permanecer fixo no banheiro público (como ocorre em locais de grande circulação como rodoviárias, parques, grandes eventos) mas que além de suas atividades de limpeza e conservação este também execute ocasionalmente (não permanente) a limpeza de banheiros públicos.

Ademais o adicional de insalubridade deve ser aferido por um corpo técnico (médico do trabalho ou engenheiro de segurança do trabalho) após a confecção do LTCAT – “*Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho*” bem como o PPRA – “Programa de Prevenção dos Riscos Ambientais”, **PARA ENTÃO HAVER A POSSIBILIDADE CASO O TRABALHADOR SEJA EXPOSTO PERMANENTE FAZER JUS A DITA APOSENTARIA ESPECIAL.**

Diferentemente da situação supracitada, o Edital de Licitação previu que ocasionalmente **ALGUNS POSTOS DE TRABALHO FARÃO JUS AO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE POR DISPOSIÇÃO DA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, NÃO GUARDANDO ASSIM QUALQUER HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA DA REFERIDA APOSENTADORIA ESPECIAL!!!!**

Destarte, não há o que se falar em violação do art. 22 da Lei 8.213/91, pela não incidência deste financiamento *in casu*, sendo que as fantasiosas teses de inexistência e de risco pela aplicação da súmula 331 TST, encontram-se completamente rechaçadas.

Também não se pode olvidar que a caracterização deste regime de aposentaria especial, é derivado de estudos e não de suposições como quer crer a Recorrente, principalmente quando a condição insalubre supera os limites de tolerância estabelecidos segundo critérios quantitativos ou estar caracterizada de acordo com os critérios da avaliação qualitativa estabelecidos pelo Regulamento da Previdência Social - RPS., e não mitigada pelo uso de Equipamentos de Proteção Individual – EPIs, onde o assegurado tenha trabalhado durante 15, 20 ou 25 anos!!!

Nas palavras de Maria Helena Carreira Alvim Ribeiro:

“É um instrumento de técnica protetiva do trabalhador, destinado a compensar o desgaste resultante da exposição aos agentes nocivos prejudiciais à sua saúde ou integridade física”.  
(Aposentadoria Especial: regime geral da previdência social, 4ª edição Curitiba, 2010, 632p.)

Como já dito a aposentadoria especial não tem relação com insalubridade. Sendo a primeira fundamentada pela legislação previdenciária (Decreto 3.048, IN 77). Enquanto a segunda pela legislação trabalhista (CLT, NR 15).

Ou seja, configura-se efetiva exposição a agente prejudicial à saúde quando, mesmo após a adoção das medidas de controle previstas na legislação trabalhista, a nocividade não seja eliminada ou neutralizada.



Da análise técnica dos serviços que serão prestados e principalmente das obrigações da Contratada, denota-se que nem de longe os colaboradores que serão alocados (seja desta Recorrida) ou de qualquer outra empresa que seguiu todas as exigências editalícias, deveriam apresentar valores para o custeio da *aposentadoria especial*.

A guisa de conclusão, resta fartamente demonstrado que a Recorrida atendeu a integralidade das exigências editalícias, bem como todos os encargos trabalhistas e previdenciários, de forma que urge a necessidade que todas as decisões acertadas da Sra. Pregoeira e de sua Equipe de Apoio sejam **RATIFICADAS** de forma a manter *in totum* todo julgamento do certame no que concerne o lote n.º 04.

#### 4. DOS PEDIDOS

Ante a todo o exposto, requer seja **RECEBIDA** e **DEVIDAMENTE PROCESSADA** a presente **CONTRARRAZÕES DE RECURSO ADMINISTRATIVO** com o acolhimento das assertivas acima colacionadas, para manter a r. decisão proferida pela Sra. Pregoeira, de forma que o “recurso” manejado pela empresa SANTA FÉ SERVIÇOS EIRELI, **NÃO SEJA CONHECIDO** eis que é flagrantemente intempestivo e precluso, e que seja **NEGADO PROVIMENTO** ao recurso apresentado pela empresa **CONSERVADORA CAMPOS E SERVIÇOS GERAIS EIRELI.**, declarando a Recorrida - **SOLUÇÕES SERVIÇOS TERCEIRIZADOS EIRELI, VENCEDORA** do lote n.º 04 do certame em tela, haja vista a mesma ter atendido todas as exigências do Edital, e que se prossiga com as próximas fases, como adjudicação e homologação do objeto, assinatura do contrato, etc.

Não sobrevindo este entendimento, requer-se o encaminhamento para a Autoridade Superior competente, para que aprecie seu mérito, sendo esta a única forma de se alcançar a tão almejada **JUSTIÇA!!!**

Nestes termos,  
Pede deferimento.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2021

  
**GUSTAVO MARTINS DE GODOY**  
SÓCIO - ADMINISTRADOR  
RG. 38.775.300-X SSP-SP  
CPF. 402.809.738-02

09.445.502/0001-09

SOLUÇÕES SERVIÇOS TERCERIZADOS – EIRELI

RUA IVAÍ, N.º 202  
TATUAPÉ  
SÃO PAULO/SP  
CEP: 03080-010